

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

AIB e PRP: considerações sobre a cultura política no Espírito Santo

AIB and PRP: Considerations on Political Culture in Espírito Santo

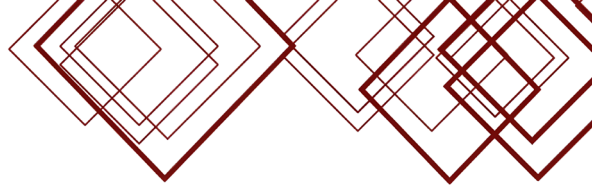
Jefferson Ferreira Alvarenga¹

Resumo: O presente artigo propõe-se a investigar a Ação Integralista Brasileira (AIB) nas décadas de 1930 e 1940 e sua congênere nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, o Partido de Representação Popular (PRP), no estado do Espírito Santo. Com o objetivo de compreender ambas as organizações, adotamos o conceito de cultura política. Apesar das críticas a que esse conceito está sujeito, ele é amplamente utilizado por cientistas políticos e historiadores para analisar a dinâmica política e cultural entre grupos humanos. Partimos da hipótese de que a AIB desenvolveu uma cultura política em alguns municípios capixabas, resultando em bons desempenhos eleitorais no pleito de 1935. Da mesma forma, o PRP, herdeiro do integralismo, aproveitou elementos dessa cultura política herdada para mobilizar eleitores, favorecendo seu sucesso eleitoral nas décadas seguintes. As fontes utilizadas neste estudo incluem documentos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), disponíveis no site <https://www.tre-es.jus.br/>, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acessíveis em <https://www.tse.jus.br/eleicoes>, além de estudos locais. A partir desses materiais, identificamos elementos explicativos sobre a atuação do integralismo e do PRP no estado do Espírito Santo.

Palavras-chaves: Integralismo. Cultura política. PRP. Eleições. Extrema-direita.

Abstract: This article aims to investigate the Brazilian Integralist Action (AIB) in the 1930s and 1940s and its counterpart in the 1950s and 1960s, namely the Popular Representation Party (PRP), in the state of Espírito Santo. To understand both organizations, we adopt the concept of political culture. Despite the criticisms this concept faces, it is widely used by political scientists and historians to analyze the political and cultural dynamics among human groups. We start from the hypothesis that the AIB developed a political culture in some municipalities of Espírito Santo, resulting in

¹ Doutor em História Social das Relações Políticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro associado do Laboratório de História do Tempo Presente, na mesma universidade. Atualmente atua como docente da rede pública estadual de Ensino do estado do Espírito Santo. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2128-3970>. E-mail: jeffersoncs@gmail.com.



strong electoral performances in the 1935 election. Similarly, the PRP, as the heir to integralism, leveraged elements of this inherited political culture to mobilize voters, contributing to its electoral success in the following decades. The sources used in this study include official documents from the Regional Electoral Court of Espírito Santo (TRE-ES), available at <https://www.tre-es.jus.br/>, and from the Superior Electoral Court (TSE), accessible at <https://www.tse.jus.br/eleicoes>, in addition to local studies. Based on these materials, we have identified explanatory elements regarding the activities of integralism and the PRP in the state of Espírito Santo.

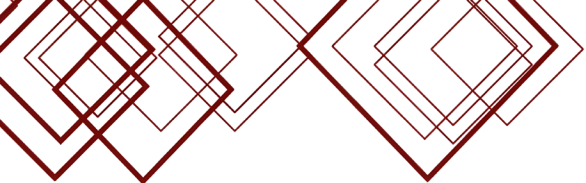
Keywords: Integralism. Political culture. PRP. Elections. Far-right.

1. Introdução

Em geral, o conceito de cultura política é originário da obra *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963). O objetivo dos autores era compreender os fatores relacionados à estabilidade e manutenção da democracia liberal, em oposição à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De acordo com eles, a cultura política pode ser definida como “orientações especificamente políticas, em relação ao sistema político com seus diferentes elementos e processos sociais” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 30). Para os autores, a cultura política de uma nação refere-se aos conhecimentos, sentimentos e valores que sua população desenvolve em relação ao sistema político.

243

Há três tipos ideais deste conceito: a cultura paroquial, a súdita e a participante. Na primeira, o indivíduo está inserido em círculos tradicionais, como família, escola e igreja – ou seja, em esferas próximas à sua vida cotidiana. Na segunda, há um círculo autoritário e centralizado, em que o indivíduo limita-se a ser um mero espectador. Na terceira, trata-se da estrutura democrática, na qual o sujeito participa ativamente do sistema político (CASTRO et al., 2022, p. 12-13). Além disso, Almond e Verba (1963) ressaltam que, na prática, esses três tipos ideais tendem a se combinar.



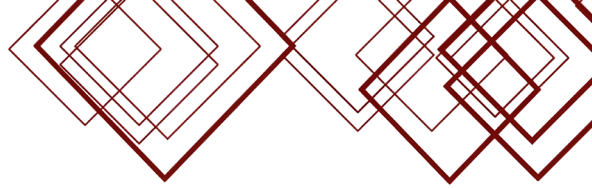
Em geral, os pesquisadores entendiam que o desenvolvimento econômico propiciava elementos positivos à democracia, pois, segundo essa visão, a modernização econômica resultaria na difusão de valores democráticos (NESPOLI, 2015, p. 362).

Esse conceito é multidisciplinar, pois incorpora aspectos subjetivos das orientações políticas. No entanto, ele também envolve armadilhas teórico-epistemológicas. Atualmente, para considerá-lo, é preciso reconhecer que cada sociedade possui história e cultura específicas, revelando formações sociais distintas e experiências políticas heterogêneas – o que gera variados desenvolvimentos da cultura política. Isso não significa que a cultura política seja uma chave capaz de responder a todas as questões, mas sim uma ferramenta para analisar certos aspectos do comportamento humano.

244

Há diversas críticas ao conceito de cultura política, as quais não aprofundaremos neste estudo, mas destacamos alguns questionamentos fundamentais. Em primeiro lugar, Almond e Verba (1963) não consideram a heterogeneidade das culturas nacionais. Além disso, os autores partiam da premissa de que as nações passariam por etapas lineares de desenvolvimento antes de se tornarem uma cultura cívica democrática (GOULART, 2015, p. 6).

Do ponto de vista de Berstein (1998), a cultura política seria uma “espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais amplamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Em síntese, o investigador concebe a cultura política como um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações difundidas e compartilhadas pelos indivíduos na sua experiência num dado ambiente histórico e cultural (SOARES; BAPTISTA, 2020, p. 129).



Esse conceito, à semelhança do proposto por Almond e Verba (1963), suscita diversas críticas e questionamentos, cuja discussão detalhada extrapola os limites deste estudo. Ademais, o autor destaca que uma nação abriga múltiplas culturas políticas, as quais podem compartilhar elementos comuns vinculados à identidade nacional. Tais culturas, para além de estabelecerem relações de significados simbólicos, são internalizadas por meio de processos de socialização – como os que ocorrem na família, na educação, na igreja, entre outros (SOARES; BAPTISTA, 2020, p. 130; MOTTA, 2014, p. 23).

Portanto, alguns estudiosos entendem que o conceito de cultura política deve sempre enfatizar o plural, isto é, culturas políticas.

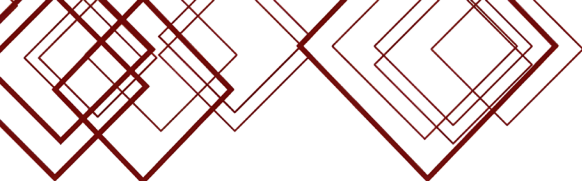
Por sua vez, Carneiro e Kuschnir (1999) definem cultura política como um conjunto integrado de atitudes cognitivas, crenças valorativas e sentimentos afetivos que conferem ordem e significado ao processo político, explicitando as regras e pressupostos que fundamentam o comportamento dos atores políticos (CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999, p. 227).

245

Segundo essa perspectiva, a cultura política envolve igualmente o reconhecimento dos valores e normas culturalmente institucionalizados na sociedade, processo que pode se desenvolver ao longo de extensos períodos históricos.

Em perspectiva complementar, Motta (2014) conceitua cultura política como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva, oferece interpretações comuns do passado e inspira projetos políticos futuros (MOTTA, 2014, p. 21).

O autor ressalta ainda que as culturas políticas não constituem realidades estáticas, estando sempre sujeitas a disputas hegemônicas



e tentativas de controle estatal. Ademais, destaca-se que tais culturas são intrinsecamente dinâmicas, transformando-se ao longo do tempo e adaptando-se às realidades sociais em que se inserem.

Para analisar a cultura política no estado do Espírito Santo, adotamos o conceito de Rodrigo Motta (2014), em razão de sua abordagem multidimensional, que possibilita uma análise mais abrangente da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido de Representação Popular (PRP) no contexto estadual.

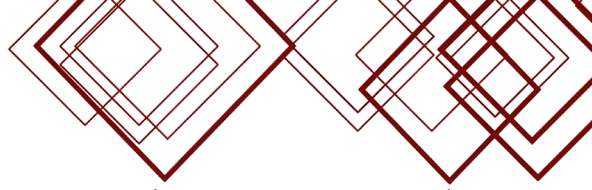
2. A cultura política integralista no Espírito Santo

246

Em geral, no Espírito Santo, a AIB encontrou campo fértil para disseminar suas ideias políticas. Esse fato está relacionado especialmente à realização, em Vitória, do primeiro Congresso Nacional Integralista, em 27 de fevereiro de 1934, no Teatro Carlos Gomes, onde se definiu a estrutura organizacional do movimento. O evento contou com a presença de importantes lideranças, como Plínio Salgado, Madeira de Freitas, Jeová Mota, Olbiano de Mello e Miguel Reale.

Em frente ao hotel em que Plínio Salgado estava hospedado, houve cerimônias de boas-vindas, incluindo um desfile da milícia integralista e a execução do hino nacional (FAGUNDES, 2011a, p. 2). O evento foi marcado pelos tradicionais lemas do movimento — “Deus, pátria e família” e “Pelo bem do Brasil” —, que ecoavam por todo o local. Na mesma ocasião, consolidou-se definitivamente a liderança nacional de Plínio Salgado no movimento.

Durante o evento, destacaram-se os principais integralistas capixabas, entre eles Jair Etienne Dessaune, Arthur Schneider, Octaviano Santos, Theodoro Schmambach, Arnaldo Magalhães e Archilau Viva-



cqua. Este último, juntamente com José Cola, integrava a Câmara dos Quatrocentos, importante órgão do movimento integralista (ALVARENGA, 2024, p. 60).

O congresso estabeleceu definitivamente a identidade partidária da AIB, instituindo a obrigatoriedade de total submissão dos militantes ao chefe nacional. A partir desse momento, todos os integralistas passaram a seguir rigorosamente as normas e rituais do movimento. Entre esses elementos disciplinares, destacava-se o uniforme padrão: os militantes masculinos usavam camisas verdes com gravatas pretas, adornadas com o símbolo sigma², além de adotarem a saudação “anauê”³. Esse conjunto simbólico — composto por vestimentas padronizadas, insígnias e saudações ritualísticas — concretizava os ideais de unidade e hierarquia que fundamentavam a AIB, reforçando tanto sua identidade coletiva quanto a disciplina interna do movimento.

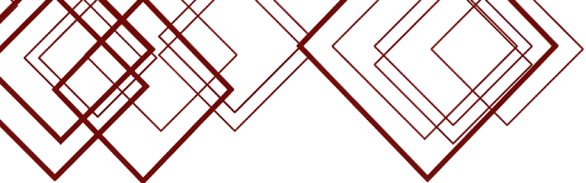
247

Cabe salientar que, no Espírito Santo, a militância integralista era composta principalmente por agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais (FAGUNDES, 2011a, p. 8). Em contrapartida, Silvia Regina Ackermann (2009) considera que as lideranças integralistas no estado recrutavam-se, sobretudo, entre as classes médias urbanas e rurais. Entre seus membros, identificam-se comerciantes, engenheiros, advogados, padres, médicos, empregados do comércio, tabeliães, estudantes e pequenos e médios proprietários rurais, com destaque para os descendentes de imigrantes europeus.

A AIB divulgava seus ideais políticos por meio da *Revista Vida Capichaba*, principal veículo de informação presente no estado, que ti-

2 O sigma (σ) na matemática é utilizada para realizar o cálculo integral, numa alusão à necessidade de integrar todos os brasileiros (FAGUNDES, 2011a, p. 4).

3 O sigma (σ) na matemática é utilizada para realizar o cálculo integral, numa alusão à necessidade de integrar todos os brasileiros (FAGUNDES, 2011a, p. 4).



nha como editor e proprietário Jair Etienne Dessaune, influente liderança integralista. Na publicação, observa-se a presença de rituais seguidos pelos militantes, os quais deveriam ser obedecidos rigorosamente por todos — estendendo-se a cerimônias de casamento, batizados e até mesmo a mobilizações dos camisas-verdes no estado.

Além disso, seus militantes realizavam paradas e desfiles cívicos usando camisas verdes; sua saudação característica era feita com o braço estendido e a pronúncia da palavra de origem indígena “anauê”, que significa “você é meu irmão” (FAGUNDES, 2011b, p. 89).

Cabe ressaltar que Fagundes (2011b), em seu artigo, relata ter encontrado na *Revista Vida Capixaba* diversas fotografias que evidenciam ações integralistas, inclusive com a participação de crianças, jovens e mulheres devidamente uniformizados e presentes em reuniões dos núcleos.

248

Também se observam no periódico valores como ordem, hierarquia, coletividade, união, patriotismo, família, religiosidade, além de padrões e normas que propunham um novo estilo de vida.

O primeiro núcleo do integralismo em terras capixabas foi fundado em 8 de agosto de 1933, sob o comando de Arnaldo Magalhães⁴, auxiliado por Theophilo Costa, Adhemar Santos Neves, Arlindo Sodré, o diretor da Faculdade de Odontologia e Farmácia, professor Elpidio Pimentel, e o cônsul da Itália, Dr. Politti.

A AIB, de certo modo, atuou em conjunto com a intelectualidade capixaba, recebendo inclusive homenagens do Instituto Histórico e Geográfico e do Grêmio Literário Rui Barbosa (STANGER, 2014, p.

⁴ O primeiro Chefe local da AIB, Arnaldo Magalhães, era farmacêutico e, com proximidade à política estadual, em 1931 foi escolhido por João Punaro Bley para fazer parte do Conselho Consultivo do Estado (STANGER, 2014, p. 50).

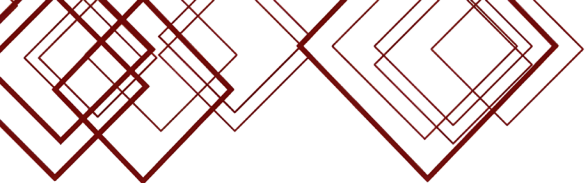


50).

Conforme os dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), constituíram-se núcleos integralistas nos seguintes municípios: Vitória, Itaguaçu, Cariacica, Viana, Domingos Martins, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Calçado, Siqueira Campos (atual município Guaçuí) e João Pessoa (atual município Mimoso do Sul).

O segundo líder integralista no estado foi João Linhares, figura destacada da sociedade capixaba e engenheiro da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Em 15 de maio de 1935, sob sua liderança, fundou-se o núcleo da AIB em Cachoeiro de Itapemirim, com a presença das principais lideranças integralistas do Espírito Santo.

Outras lideranças destacaram-se no território capixaba, principalmente nos núcleos municipais e distritais, como Lastênio Calmon Júnior, Emílio Favaro, João Dias, Antônio Pagani, Silvério Del Caro, Izidorio Binda, João Gurizatto, Manoel Barbosa, José Caldas, Arthur Coutinho de Alvarenga, José Vescovi, Gil Vieira do Nascimento, Enrico Ildebrando A. Ruschi, Norberto Van de Camp, Alcebíades de Paula Castro, Epiphanio Zamprogno, Angelo Franchiani, Bazílio Mendes de Vasconcelos, Ricardo Bucker, Corintho Souza, Jair Etienne Dessaune, Obed Emmerich, Eustorgio Paula Moraes, Octaviano Santos, Octávio Gogenheimer, Manoel Antônio Stein, Emílio Stringer, Franz Stockel, Santos Papin Netto, Sylvio Maneglia, Darcy Pereira, João Gava, Gerônimo Moreira de Souza, Fernando Mocon, João Calabrez, Luiz Scaramussa, Adelino Brunoro, Alfredo Romão, José Pomponet, Guerino Calvo, Antônio Schein, Innocêncio Baroni, Paschoal Dan, Antônio Passim, Hermínio Pontini, Catolino Fardin, Oriente Grillo, Egisto Pontini, Antônio Secchin Filho, Irineu Norberto Salvador, Francisco Dadalto, Pedro Souza, José Colla, Aurélio Gomes, Torquarto Marchini, Jovino



Goulart, Gustavo Falleiro, Florisbello Lopes, Cícero Carmo Baptista, Bento Teixeira de Macedo, Guilherme Cirillo, Francisco Binardi, José Mariano Godoy, Alberico Rombalducci, Antônio Rodrigues Barreto, Theodoro Paiva, Noradim Pavan, Victorino Pacheco de Souza, Leonidas Pacheco, Eduardo Ewald, Manoel Salustiano de Souza, Arnaldo Gareau Moreira, Francisco de Assis Costa, Theophilo Gaudio Barbosa, Ormino Rocha, Emílio Soares da Silva, Dusdedit Coutinho, José Werneck, Angelo Rogo, Attilio A. Chiesa, Alcyro José Pimentel, Sebastião Brasil (ALVARENGA, 2024, p. 61-68).

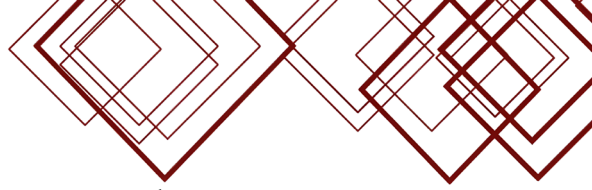
Segundo Stanger (2014), a AIB no Espírito Santo era uma organização fortemente hierarquizada, dotada de um robusto aparato burocrático interno, o que possibilitava a reeducação política dos militantes com base em regras, princípios e normas constitutivas do cerne doutrinário do movimento (STANGER, 2014, p. 58).

250

Além disso, o autor identificou, nos documentos do APEES, fotografias que evidenciam aproximações entre os integralistas e os partidos Nazista e Fascista no Espírito Santo — o que demonstrava uma convergência conceitual e ideológica com esses movimentos de extrema direita.

Alguns dados sobre o integralismo em território capixaba são marcantes. Em 1936, o movimento alcançou o número de 23.518 adeptos, com destaque para os municípios de Santa Teresa, Castelo e Colatina, que contavam com 5.480, 3.449 e 3.150 integrantes, respectivamente, enquanto Itapemirim possuía 30 adeptos, e João Pessoa, Rio Pardo e Calçado registravam menos de 100 inscritos cada (STANGER, 2014, p. 51).

Cabe esclarecer que, nessas três cidades, havia um contingente significativo de imigrantes, especialmente alemães e italianos, o que



favoreceu a adesão desses grupos ao integralismo. As razões para essa simpatia são diversas, incluindo a influência de líderes religiosos luteranos e católicos em território capixaba. É o caso de pastores alemães em missão no estado, bem como de padres de origem italiana atuantes no Espírito Santo.

Outro fator relevante foi a aproximação entre os princípios da AIB e os valores religiosos, em especial os preceitos católicos. Entre os motivos para a adesão, destacaram-se: o convite de pessoas influentes nas comunidades locais que já integravam o movimento e, por fim, o medo do comunismo.

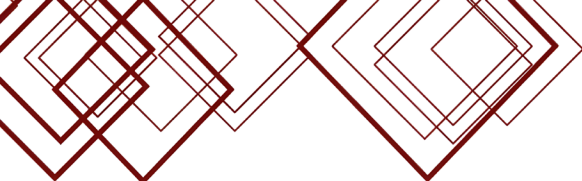
Essas razões são corroboradas pelo padre Ponciano Stenzel dos Santos, que, em entrevista a Hélió Trindade, afirmou que a presença integralista era marcante nos municípios de Santa Teresa e Colatina devido ao temor do comunismo e às tradições religiosas profundamente enraizadas nessas localidades.

251

Portanto, os descendentes de imigrantes identificavam-se com o movimento, uma vez que este propagava ideais anticomunistas, valores católicos e manifestava certa simpatia pelo nazifascismo (ALVARENGA, 2024, p. 74-76).

Por outro lado, observa-se que autoridades civis e religiosas demonstravam certa tolerância em relação ao integralismo. Stanger (2014) calcula que os integralistas no estado representavam 3% da população total, ou seja, 23.518 membros. Entretanto, nas eleições municipais de 1935 e 1936, contabilizaram-se 6.508 eleitores integralistas, o que, segundo Stanger (2014), correspondia a 10% do eleitorado capixaba – evidenciando a força política do movimento no estado (STANGER, 2014, p. 55).

Enquanto organização política, a AIB disputou suas primeiras



eleições entre novembro de 1935 e fevereiro de 1936 – as eleições municipais. A legenda elegeu 26 vereadores e dois prefeitos: Henrique Hildebrando (Santa Teresa) e Otaviano dos Santos (Domingos Martins).

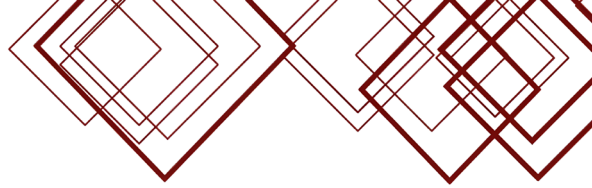
Cabe ressaltar que ambas as regiões apresentavam uma quantidade significativa de imigrantes italianos e alemães.

De certo modo, a expansão dos valores integralistas no cenário sociopolítico regional permitiu que simpatizantes se identificassem com a organização, convertendo seu apoio em votos. Conforme dados do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), compilados a partir de documentos do APEES, essa era a composição do eleitorado integralista.

QUADRO 1. ELEITORES ATÉ 19 DE OUTUBRO DE 1935

ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM DEZEMBRO DE 1935

Nº DE ORDEM	ZONAS	ELEITORES INTEGRALISTAS	TOTAL
1	VICTÓRIA	894	11.273
2	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1.709	13.408
3	ALEGRE	460	6.079
4	JOÃO PESSOA	28	4.136
5	COLLATINA	660	3.191
6	AFFONSO CLÁUDIO	30	1.986
7	SANTA LEOPOLDINA	–	877
8	CALÇADO	35	2.852
9	SANTA THERESA	1.012	1.141
10	ALFREDO CHAVES	228	1.847
11	SIQUEIRA CAMPOS	290	3.811
12	PAU GRANDE	393	2.048
13	DOMINGOS MARTINS	623	1.654
14	ITAGUASSÚ	45	1.665
15	ANCHIETA	90	1.710



16	RIO PARDO	-	968
17	MUNIZ FREIRE	-	1.248
18	SANTA CRUZ	-	540
19	SÃO MATEUS	-	1.800
20	ITAPEMIRIM	11	1.458
TOTAL		6.508	63.692

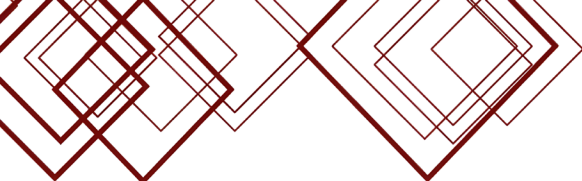
(ALVARENGA, 2024, p. 110)

O Quadro 1 indica que o eleitorado integralista concentrou-se principalmente em Cachoeiro de Itapemirim e Santa Teresa, com menor presença em Itapemirim e João Pessoa (atual município de Mimoso do Sul). Dessa forma, evidencia-se que o principal reduto eleitoral integralista localizava-se na região sul do estado.

Além disso, esses dois municípios abrigavam núcleos significativos da AIB. Vale destacar que, em Santa Teresa, foi eleito um prefeito integralista. Desse modo, as eleições evidenciaram um desempenho expressivo do movimento na política estadual.

253

QUADRO 2. PREFEITURAS E VEREANÇAS INTEGRALISTAS		
MUNICÍPIOS	PREFEITOS	VEREADORES
COLLATINA	-	SEBASTIÃO CÉSAR RESENDE
		JOÃO DIAS
		ANTÔNIO MATTOS
SANTA THERESA	ENRICO ILDEBRANDO AURÉLIO RUSCHI	ALBERTO PRETTI
		JOÃO SIQUEIRA
		AUGUSTO DE FRANCESCO
		ALFREDO ALCANTRARA
		BASÍLIO VASCONCELLOS



CASTELLO	-	ROBERTO FEITOSA
		LUIS MACHADO
		ARCHILAU VIVÁCQUA
		JOSÉ COLA
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	-	DALTON PENEDO
SIQUEIRA CAMPOS	-	BENTO TEIXEIRA DE MACEDO
PAU GRANDE	-	LASTÊNIO CALMON JÚNIOR
		MANOEL BARBOSA
VICTÓRIA	-	JAIR ETIENNE DESSAUNNE
		PE. PONCIANO STENZEL
VIANNA	-	EUTURGIO PAULA MORAES
DOMINGOS MARTINS	OCTAVIANO SANTOS	ARTHUR GERHARDT
		JOSÉ GOGENNEIMER
		JOÃO FRANCISCO STEIN
ALFREDO CHAVES	-	PEDRO SECCHIN
ICONHA	-	LOURIVAL SERRÃO
RIO NOVO	-	ILDEFONSO SOUZA
GUARAPARY	-	EMÍLIO SOARES

(ALVARENGA, 2024, p. 115)

Se, por um lado, houve receptividade aos princípios integralistas na sociedade capixaba, por outro, o governo de João Punaro Bley coexistiu com o movimento inicialmente, mas passou a persegui-lo após a decretação do Estado Novo. Apesar do fervoroso anticomunismo — princípio fundamental da AIB, que inclusive levou a confrontos armados entre integralistas e comunistas no estado —, a organização foi combatida tanto por Getúlio Vargas quanto pelo interventor João Punaro Bley, que alegavam sua proximidade com movimentos nazifascistas.

Como demonstra Silvia Regina Ackermann (2009), os integralistas sofreram intensa perseguição em vários municípios, incluindo



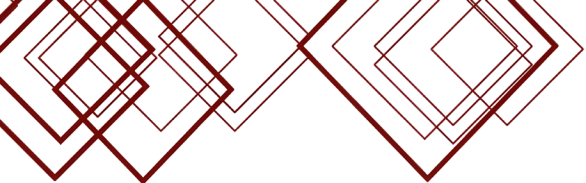
assassinatos, espancamentos e prisões. Essas represálias decorriam da acusação de que os camisas-verdes representavam simpatia pelas ideologias estrangeiras. Houve ainda diversos inquéritos para apurar atividades suspeitas de ex-lideranças integralistas. Em 1938, por exemplo, a polícia investigou o padre Ponciano Stenzel dos Santos por supostas reuniões subversivas em sua residência, onde foram encontradas armas enterradas, resultando em inquérito policial (ACKERMANN, 2009, p. 57).

Em 1938, o interventor João Punaro Bley determinou o uso exclusivo da língua nacional nas escolas. Outras restrições atingiram as igrejas luteranas, às quais foi proibida a realização de cultos em língua germânica, além de haverem intensas perseguições a grupos de imigrantes alemães e italianos. Nesse sentido, o secretário do Interior e Justiça solicitou que os indivíduos suspeitos de pertencer ao integralismo fossem recolhidos no Hospital Getúlio Vargas e no Instituto Agrícola de Maruípe. Naquele momento, essas instituições foram transformadas em presídios para pessoas identificadas como simpatizantes do Eixo. Em outras palavras, eram vistos como uma ameaça à soberania nacional.

255

Com o fim do Estado Novo, o processo de democratização acompanhou os rumos da conjuntura política nacional, sendo Jones dos Santos Neves nomeado interventor estadual em 1943. Em 1945, o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio, permitiu a organização e o registro dos partidos políticos nos Tribunais Regionais Eleitorais, abrindo espaço tanto para as disputas políticas no Espírito Santo quanto para a fundação do Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro do integralismo.

Nesse contexto, o ex-líder da AIB, Plínio Salgado, redefiniu seu



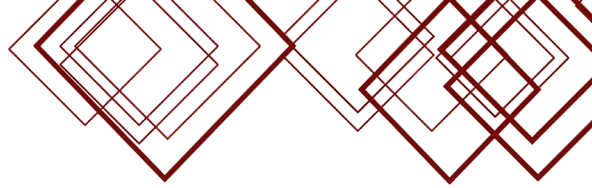
discurso político e passou a defender o modelo de governo do português Antônio de Oliveira Salazar, cujas convicções aproximavam-se da doutrina social católica de Leão XIII - articulação que servia à defesa de um governo autoritário de inspiração católica. A reconfiguração do pensamento político de Plínio Salgado constituiu-se, portanto, como resultado da derrota dos regimes nazi-fascistas na Europa e, simultaneamente, da transformação do regime político no Brasil.

Salgado incorporou ao PRP elementos para a concretização de uma nova cultura política, mantendo, contudo, seus preceitos mais profundos, remanescentes da AIB. Desse modo, o discurso anticomunista, a manutenção dos preceitos espiritualistas cristãos, a incorporação do conceito de democracia cristã e sua vinculação ao integralismo foram mobilizados para defender o caráter democrático do PRP e, ao mesmo tempo, combater as doutrinas autoritárias não cristãs, como o fascismo, o nazismo e o comunismo.

256

É importante destacar que o modelo de democracia cristã concebido pelos perrepistas era restritivo, uma vez que acreditavam que as massas populares eram incapazes de exercer plenamente a democracia. Por outro lado, defendiam com firmeza o direito à propriedade privada e o patriotismo.

No Espírito Santo, os preceitos do PRP/ES foram os mesmos incorporados em nível nacional; contudo, em sua gênese, a agremiação não foi integralmente constituída por ex-membros da AIB. Alguns dos principais fundadores do partido em terras capixabas não pertenceram às fileiras da organização integralista. Ainda assim, seu nascimento deveu-se, em boa parte, ao destacado comprometimento do Padre Ponciano Stenzel dos Santos, que se tornou o principal líder da legenda no estado, certamente auxiliado por antigos militantes da AIB nos muni-



cípios. A base social do PRP/ES continuou assentada sobretudo nos pequenos proprietários rurais, incluindo imigrantes ou seus descendentes, além de profissionais liberais, todos mobilizados pelo lema “Deus, Pátria e Família”, que se mostrou particularmente efetivo no interior do estado (ALVARENGA, 2024, p. 90).

Na formação do partido destacaram-se os nomes de Antenor Hermínio Bassini, Lino Ceotto e Angelo Perim, em Castelo; Sebastião da Silva Marreco, Henrique Ruschi, Angelo Frechiani e Luiz Gasparini, em Santa Teresa; José Fávaro, Silviano Possato, Lastênio Calmon Júnior, Silvério Del Caro e Antônio Barroso Gomes, em Ibirajú; Pergentino Vasconcelos, Henrique Santana, Josaphá dos Santos, Alberto Ceolim, Guerino Camata, Pedro Ceolim, Moacir Soeiro, entre outros, em Colatina, Marilândia e Bananal (SILVA, 1986, p. 175).

De um certo ponto de vista, o desempenho eleitoral do PRP/ES foi exitoso no estado do Espírito Santo, já que a organização política conseguiu destacar-se em todas as eleições estaduais, inclusive apoiando as candidaturas de Carlos Lindenberg, em 1947, e de Francisco Lacerda de Aguiar, em 1954 e 1962, além de obter a direção de algumas secretarias estaduais e eleger membros para cargos de deputados estaduais, federais e senadores. Com o intuito de demonstrar a relevância política do PRP/ES e sua relação com a AIB, traçamos o seguinte quadro eleitoral:

257

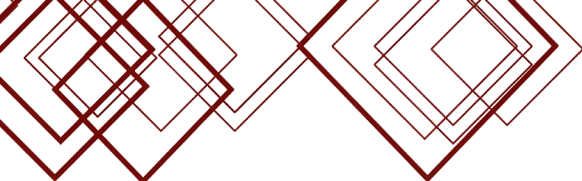
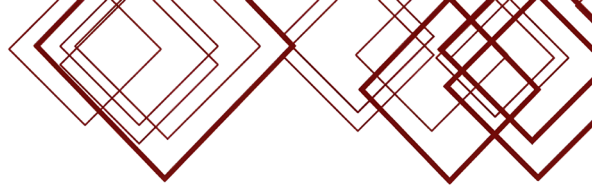


Tabela 1. Desempenho eleitoral da AIB e o PRP pelo total de votos obtidos nas eleições de 1935, 1947, 1950, 1954, 1955, 1958 e 1962

(continua)

MUNICÍPIO	AIB NAS ELEIÇÕES DE 1935	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1947	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1950	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1954	PRP NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1955**	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1958	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1962
VITÓRIA (VICTÓRIA)	894	-	351	252	1.465	-	1.404
CACHOEIRO DE ITAPEMIIRM	1.709	-	672	211	2.391	-	1.113
(conclusão)							
MUNICÍPIO	AIB NAS ELEIÇÕES DE 1935	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1947	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1950	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1954	PRP NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1955**	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1958	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1962
ALEGRE	460	-	228	7	658	-	1.122
MIMOSO DO SUL (JOÃO PESSOA)	28	193	142	1	461	-	44
COLATINA (COLLATINA)	660	1.442	1.937	3.326	4.749	-	3.586
AFONSO CLÁUDIO (AFFONSO CLÁUDIO)	30	-	1	5	271	-	33
SANTA LEOPOLDINA	-	-	45	296	1.080	-	85
SÃO JOSE DO CALÇADO (CALÇADO)	35	-	8	10	664	-	136
SANTA TERESA (SANTA THERESA)	1.012	-	1.261	624	1.938	-	1.226
ALFREDO CHAVES	228	-	264	248	479	-	583
GUAÇUI (SIQUEIRA CAMPOS)	290	-	67	13	757	-	94
IBIRASSÚ (PAU GRANDE)	393	-	1.344	1.213	2.410	-	1.277
DOMINGOS MARTINS	623	-	54	117	-	-	131
ITAGUASSÚ	45	-	101	44	1.631	-	471
ANCHIETA	90	44	8	0	-	-	363
IÚNA (RIO PARDO)	-	-	0	0	63	-	70
MUNIZ FREIRE	-	-	98	0	418	-	408
ARACRUZ (SANTA CRUZ)	-	-	226	278	467	-	471
SÃO MATEUS	-	1	46	60	344	-	367
ITAPEMIRIM	11	-	22	203	256	-	37
CASTELO	-	-	1.288	2.206	2.273	-	1.889
BAIXO GANDU	-	-	7	0	78	-	42
BARRA DE SÃO FRANCISCO	-	-	25	40	168*	-	651
GUARAPARI	-	-	4	3	352	-	145

258



LINHARES	-	-	334	0	1.039	-	855
RIO NOVO DO SUL	-	-	-	3	-	-	75
MUQUI	-	-	-	4	159	-	27
BAIXO GANDU	-	-	-	9	78	-	42
ICONHA	-	-	-	62	-	-	98
FUNDÃO	-	-	-	15	-	-	102
VILA VELHA	-	-	-	64	732	-	734
CONCEIÇÃO DA BARRA	-	-	-	0	-	-	240
MUCURICI	-	-	-	0	-	-	16
SERRA	-	-	-	-	17	-	94
CARIACICA	-	-	-	-	205	-	220
JERÔNIMO MONTEIRO	-	-	-	-	-	-	152
APIACÁ	-	-	-	-	-	-	5
VIANA	-	-	-	-	-	-	117
MANTENÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	65
NOVA VENÉCIA	-	-	-	-	-	-	111
ECOPORANGA	-	-	-	-	-	-	45
LEGENDA	-	-	-	-	-	-	15
TOTAL	6.508	6.417***	8.533	9.314	25.603	17.619	18.761

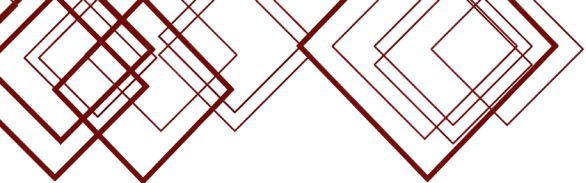
*Foram somados os totais de votos válidos de Barra de São Francisco e Mantenópolis.

** Considerou-se apenas os votos válidos no candidato Plínio Salgado para presidente da República.

*** Nestas eleições, o TRE disponibilizou a apuração apenas para esses municípios; no entanto, o total de votos obtidos pelo partido foi de 6.417.

(ALVARENGA, 2024, p. 264)

De maneira geral, o PRP/ES obteve o melhor desempenho eleitoral no período democrático (1945-1965) em comparação a outros partidos políticos. Em outras palavras, foi a única organização política que cresceu em todos os pleitos eleitorais. Nas eleições de 1947, contou com um total de 6.417 votos, enquanto em 1962 obteve 18.761 votos. Dito de outra forma, a associação perrepista triplicou seu número de votos entre 1947 e 1962.



Vale ressaltar que, especificamente durante a candidatura presidencial de Plínio Salgado, a instituição política obteve 25.603 votos no Espírito Santo. Esse fenômeno se explica pelo fato de que os eleitores de Plínio Salgado não votavam necessariamente no PRP/ES.

Por outro lado, sua relação com a AIB é notável, considerando que os municípios com maior número de votantes do PRP/ES coincidiam, em geral, com os antigos núcleos da AIB. Destacam-se os municípios de Colatina, Santa Teresa, Ibirapu, Castelo, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Desse modo, podemos afirmar que a cultura política implementada nesses núcleos integralistas foi efetiva, surtindo efeito ainda durante o período democrático. Ademais, o PRP/ES ampliou seu eleitorado para além dos antigos núcleos da AIB, porém com menor força política, ainda que relevante no território regional.

260

Em seus primeiros anos de existência, o PRP/ES teve de lutar pela memória do integralismo, uma vez que os órgãos de imprensa ligados a outras agremiações políticas buscavam associá-lo ao movimento nazifascista. Para defender-se dos ataques, a organização perrepista utilizou seus próprios periódicos para divulgar suas ideias, entre as quais a defesa do caráter democrático do partido.

O PRP/ES conquistou espaço na administração estadual em duas gestões: na de Carlos Lindenberg (1947-1951), com a Secretaria de Estado de Saúde e Assistência Social; e na de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), com as Secretarias de Estado de Agricultura, Terras e Colonização e de Governo. Tais posições possibilitaram à agremiação política ampliar seus diretórios pelos municípios do Espírito Santo, bem como de influir no eleitorado capixaba por meio de benesses políticas.

Na Assembleia Legislativa estadual, o PRP/ES defendeu de forma inconstante seus princípios e sua cultura política – herança da AIB. Para



tal, valia-se de uma justificativa democrática, apresentando-se como partido defensor da democracia e crítico de modelos autoritários. Assim, em 1947, o deputado eleito Josaphá dos Santos Gomes, membro do PRP/ES, propôs a entronização da imagem de Cristo crucificado no recinto das sessões legislativas, ação alinhada às determinações do Diretório Nacional do partido.

Além disso, a agremiação defendia sistematicamente o engrandecimento do país, desde que alcançado por intermédio de princípios cristãos. Dessa forma, mantinha seu discurso espiritualista: a defesa da pátria deveria ser sustentada pela defesa do cristianismo.

Outra estratégia adotada pela associação perrepista consistiu em defender suas bases eleitorais nos municípios. Para tanto, inúmeros recursos foram enviados a essas localidades com o objetivo de beneficiar os munícipes. Paralelamente, o anticomunismo permanecia como um dos princípios do PRP. Em várias ocasiões, seus deputados discursavam contra movimentos comunistas no Brasil e alertavam quanto à necessidade de defender a pátria contra essa doutrina política.

261

A partir de 1951, os deputados perrepistas passaram a retomar seu discurso em torno do integralismo, especialmente os deputados estaduais Oswaldo Zanello e Clóvis Stenzel. Ambos agentes políticos declararam em plenário o caráter integralista do partido e seu pertencimento a essa doutrina política, evidenciando o discurso contra a doutrina comunista e nazista e valorizando o espiritualismo em oposição ao materialismo. Desse modo, a associação política se colocava em uma posição diferente das doutrinas citadas; ou seja, o integralismo, na visão desses deputados, tinha um caráter democrático, enquanto as outras doutrinas, não.

Um ponto debatido ferozmente pelos deputados perrepistas foi a



implementação do divórcio no Brasil. As argumentações do deputado Clóvis Stenzel passavam pela defesa da família brasileira e pela contrariedade à moralidade que o divórcio poderia trazer à sociedade, bem como pela defesa da instituição católica, a qual se colocava como seu perpétuo defensor. Em certo sentido, o pilar “Deus, pátria e família”, sustentado pela AIB nas décadas de 1930 e 1940, agora era defendido pelos perrepistas.

Alinhados aos interesses dos municípios, os deputados do PRP/ES defenderam diversas vezes os agricultores – que eram, primordialmente, o eleitorado que mantinha a base da organização partidária nessas localidades.

262 Entre 1959 e 1965, os deputados do PRP/ES — a saber, Jamil de Castro Zouain, Henrique Del Caro e Lúcio Merçon — defenderam prioritariamente a agricultura capixaba. Além disso, protegeram seus redutos eleitorais ao enviar recursos aos municípios. Essa medida tornou-se primordial para propagar os princípios integralistas, os quais, ainda que presentes nos discursos dos agentes políticos, mantinham-se de forma contida.

Considerações finais

Em geral, o questionamento deste artigo foi o de entender como a cultura política criada pela AIB resultou em índices eleitorais expressivos para a própria AIB e, posteriormente, para o PRP/ES. Para tanto, partimos da hipótese de que a agremiação integralista desenvolveu uma cultura política em alguns municípios do estado, o que resultou em bons resultados eleitorais no pleito de 1935, e de que, subsequentemente, o PRP, como herdeiro do integralismo, obteve melhores índices eleitorais graças à cultura política por ele herdada.



Embora haja inúmeros conceitos de cultura política e, conseqüentemente, diversas críticas, em razão dessa polissemia, objetivamos analisar profundamente o objeto de estudo, optando pelo conceito elaborado por Rodrigo Patto Sá Motta (2014), por considerarmos que ele atende melhor à realidade estudada.

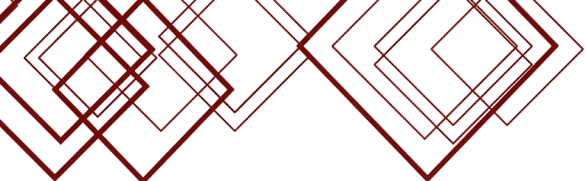
Observamos que o estado do Espírito Santo foi um campo fértil para a disseminação dos princípios integralistas, visto que na cidade de Vitória ocorreu o primeiro Congresso Nacional Integralista, com a presença dos principais líderes nacionais, que puderam institucionalizar elementos da cultura política integralista em território estadual. Assim, os integralistas capixabas internalizaram símbolos, valores, normas e rituais que cimentaram o universo integralista no estado. Inclusive, o movimento foi homenageado por diversas instituições intelectuais.

Ademais, a cultura política da AIB permitiu sua expansão pelos municípios estaduais, notadamente nas regiões de colonização europeia com forte influência católica e protestante. Somava-se a isso sua estrutura hierárquica e burocrática, que possibilitava a reeducação dos militantes nos princípios, ideias e valores integralistas.

263

Vale destacar que a AIB reunia predominantemente segmentos das classes média urbana e rural, incluindo comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais e pequenos proprietários rurais. Essa base social explica a expressiva capilaridade do movimento, que chegou a congregar 3% da população e 10% do eleitorado capixaba.

O desempenho eleitoral integralista nas eleições municipais entre 1935 e 1936 revelou que o movimento foi exitoso, pois elegeu 26 vereadores e 2 prefeitos. Quando observamos o número de eleitores integralistas no estado, entendemos que a cultura política sedimentada no discurso de “Deus, pátria e família”, somada ao anticomunismo e ao



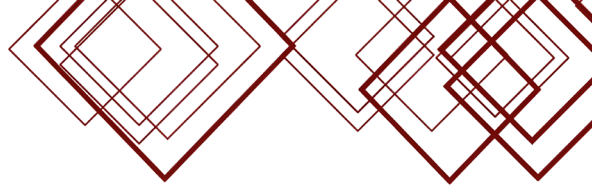
catolicismo, foi eficaz, especialmente nas regiões de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória, Santa Teresa e Colatina. Vale destacar que boa parte do eleitorado integralista concentrava-se nas regiões de imigração alemã e italiana.

Apesar da perseguição aos integralistas com a instauração do Estado Novo, sua cultura política sobreviveu no PRP, que se tornou um partido político a partir da década de 1940. Todavia, a organização redefiniu seu discurso político, criando uma nova cultura política sem, contudo, desligar-se do integralismo. Dessa forma, o PRP passou a defender o anticomunismo, a manutenção dos preceitos espiritualistas cristãos, a incorporação do conceito de democracia cristã e a vinculação deste ao integralismo, argumentando possuir um caráter democrático. Contudo, essa democracia era restrita, uma vez que os perrepistas acreditavam que as massas populares eram incapazes de exercer uma democracia plena.

264

Desse modo, o PRP incorporou a mesma base social da AIB: em outras palavras, pequenos proprietários rurais, incluindo imigrantes ou seus descendentes e profissionais liberais. Devemos ressaltar que os militantes constituintes nos primeiros anos do PRP/ES não pertenciam diretamente à AIB. Tudo indica que esses membros, em sua maioria, eram simpatizantes do integralismo.

O PRP/ES, entre 1945 e 1965, obteve o melhor desempenho eleitoral em comparação a outros partidos políticos, sendo a única agremiação que cresceu em todos os pleitos. Esse resultado eleitoral certamente tem seu êxito enraizado na cultura política disseminada pela AIB em território capixaba. Isto é claro quando observamos que os municípios com maior número de votantes do PRP/ES curiosamente foram antigos núcleos da AIB, reforçando a nossa hipótese de que o PRP/ES



herdou a cultura política disseminada pela AIB, além de ampliá-la para outras cidades que não foram redutos integralistas.

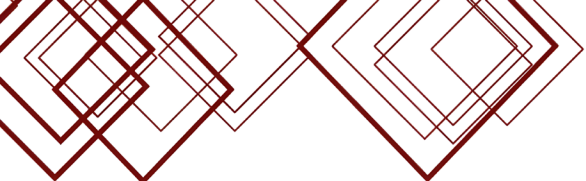
Além disso, o PRP/ES lutou significativamente para preservar a memória integralista, uma vez que os órgãos de imprensa dos partidos de oposição constantemente acusavam-no de ser semelhante aos movimentos nazista e fascista. Por isso, a associação política defendeu-se por meio da sua própria imprensa, inclusive evidenciando o seu caráter democrático.

Mesmo após conquistar espaço político estadual – inclusive com o comando de secretarias, o que facilitou a troca de favores e a expansão dos diretórios municipais –, o PRP/ES manteve a defesa de seus princípios na Assembleia Legislativa. Tais princípios, significativamente, reproduziam a cultura política da AIB: anticomunismo, cristianismo, defesa da família, patriotismo e destinação de recursos a municípios de base integralista.

265

Em seus últimos anos de legalidade, o PRP/ES minimizou os valores e princípios herdados da AIB, visto que seus deputados procuraram defender, prioritariamente, seus redutos eleitorais em vez de sustentar os valores constituídos da organização política. Porém, o destino dos partidos políticos do breve período democrático foi o mesmo: todos foram extintos com o Ato Institucional Número 2, em 27 de outubro de 1965.

Em síntese, o PRP/ES, entre 1945 e 1965, ampliou seu desempenho eleitoral no Espírito Santo, como demonstrado nos gráficos acima, o que conferiu à agremiação política importância significativa na vida regional.



Referências

Obra completa:

ACKERMANN, Silvia Regina. *Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: Integralismo, etnicidade e os crimes contra o estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945)*. Tese (Doutorado) –UFSCar/ Universidade Federal de São Carlos/Programa de pós graduação em Sociologia, 2009. 335 f.

ALMOND, Gabriel. A; VERBA, Sidney. *La Cultura Civica: Estudio sobre la participación política democratica en cinco naciones*. Euramerica S.A Madrid, Madrid, 1963.

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. *O Partido de Representação Popular e a política do Espírito Santo. (1945-1965)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2024. 321f.

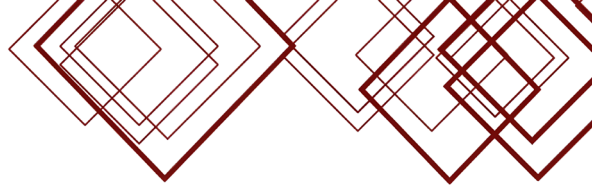
SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

STANGER, Diego. *O sigma sob suspeita: a polícia política e a repressão ao Integralismo no Espírito Santo (1933-1942)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFES/Universidade Federal do Espírito Santo/ Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2014. 110f.

TRINDADE, H. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Capítulo de obra:

BERSTEIN. Serge, A Cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Edit-



rial Estampa, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (org). *Culturas políticas na história: novos estudos*. 2ª edição, Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2014.

Artigos:

BORBA, J. *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro*. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 147–168, mar. 2005.

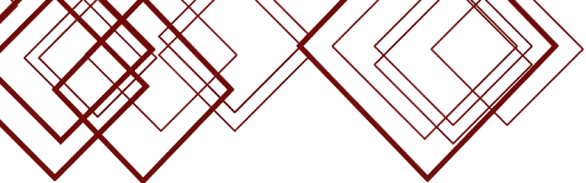
CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. *Revista Estudos Históricos*, dossiê: Cultura política, v. 13, n. 24, 1999.

CASTRO, H. C. de O. de; SANTOS, D. de O.; BEAL, L. 267
I. *A armadilha da cultura cívica revisitada: a persistência dos limites analíticos no campo da cultura política*. *Revista Debates*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 9–28, 2022. DOI: 10.22456/1982-5269.126192. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/126192>. Acesso em: 5 maio 2025.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Os integralistas e as eleições de 1935 no ES*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina, PR. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2005. p. 1-8.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Os integralistas no Estado do Espírito Santo (1933-1938)*. *Revista Ágora*, Vitória/ES, n. 14, 2011a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5024>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Revista Vida Capichaba*



(1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do Estado do Espírito Santo. Em *Tempo de Histórias*, [S. l.], n. 15, 2011b. DOI: 10.26512/emtempos.v0i15.20006. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20006>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GOULART, B. *O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras. Século XXI* – Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 111–133, 2015. DOI: 10.5902/2236672519651. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19651>. Acesso em: 3 jun. 2025.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. *Cultura política, história política e historiografia*. Revista História e Cultura, Franca, v. 4, n. 1: Dossiê História e Relações Internacionais, p. 361–376, mar. 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1341>. Acesso em: 9 maio 2025.

268

SOARES, C. da S.; BAPTISTA, L. *O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea*. Revista Escripturas, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 118–141, 2020. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/revis-taescripturas/article/view/270>. Acesso em: 7 maio 2025.